

anti— ~~capitalista~~

Anatomia das Esquerdas conservadoras

Do conservadorismo
de esquerda
ao comunismo ácido

P. 3-4

As duas identidades
da esquerda etiquetária

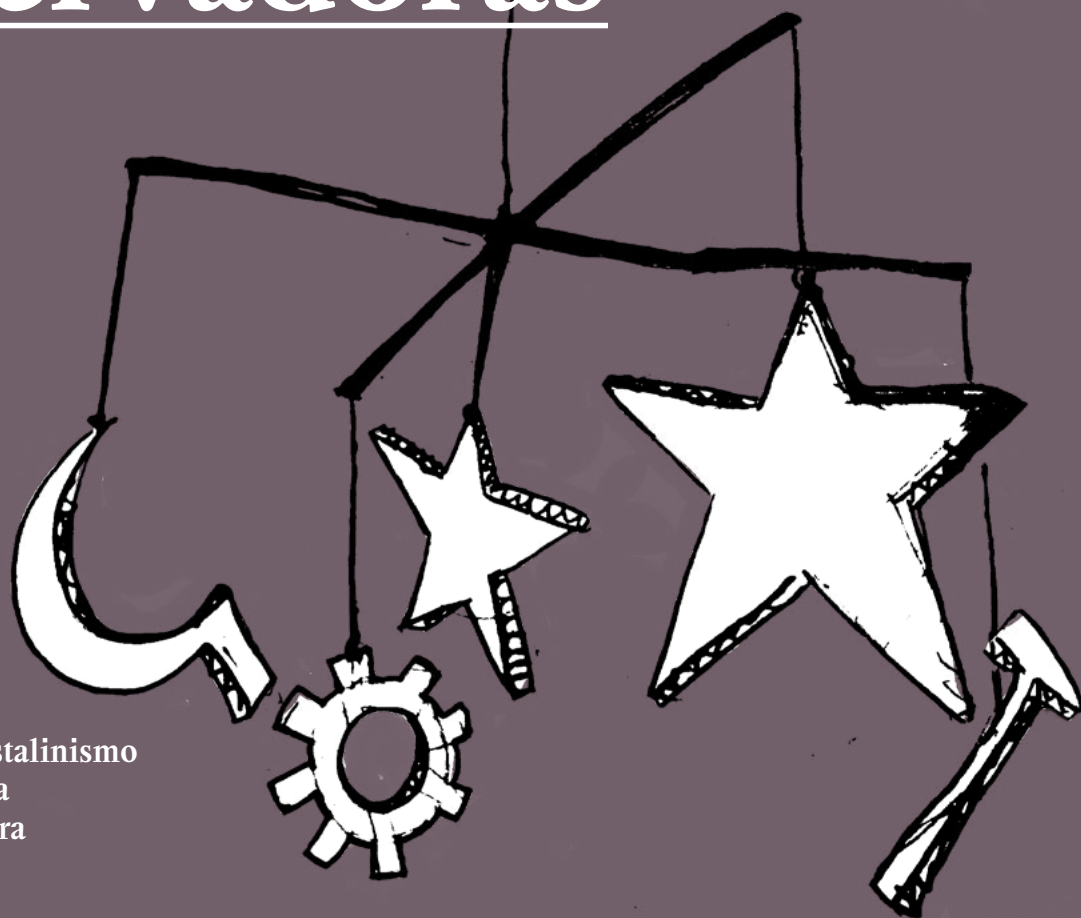
P. 5-6

Novos tankies e o neoestalinismo
digital: como é incubada
a Esquerda Conservadora

P. 7

“Wokismo”. O conservadorismo
de esquerda que a direita prefere

P. 8-9



Dobra-se o ano e a revista Anticapitalista surge renovada em 2025. Passa a ser uma revista na qual todo o espaço é destinado a textos de reflexão, com o objetivo de aprofundar o debate no interior do Bloco, explorar novas questões ou novas abordagens a temas de sempre, contribuir para o questionamento de dogmas e a construção de um ideário socialista do futuro. Também por tudo isto a Anticapitalista passará ser publicada de dois em dois meses, totalizando seis números no ano.

Escolhemos para primeiro número do ano e deste novo modelo da Anticapitalista o tema das esquerdas conservadoras. É o mês em que toma posse nos Estados Unidos um novo presidente fascista, cuja eleição suscitou um debate sobre as razões da derrota do Partido Democrata e as prioridades da luta progressista à esquerda (sem que isso signifique que o Partido Democrata integre o universo da Esquerda). Uma das razões mais apontadas teria a ver com um suposto abandono da classe trabalhadora em favor de uma maior atenção à política das identidades. Este tema, como o da reindustrialização e de uma maior atenção às preocupações de uma classe trabalhadora tipicamente a ela associada, é um tema comum a diferentes segmentos da esquerda na Europa, sendo os exemplos mais conhecidos o de BSW na Alemanha e Fabian Roussel em França.

Um perfil grosseiro das esquerdas que podemos designar como conservadoras incluiria, em termos económicos, a defesa de princípios de redistribuição, protecção e direitos laborais, mas procurando proteger os interesses económicos das suas comunidades “nativas” ou “centrais”. Defendem uma forte intervenção estatal para proteger indústrias e trabalhadores locais, que muitas vezes assume a forma de estratégias económicas nacionalistas. Estão frequentemente alinhadas com trabalhadores industriais e sindicatos que resistem às mudanças tecnológicas que ameaçam empregos, preferindo a segurança da manutenção do uso de combustíveis fósseis ao risco de uma transição “verde” para empregos em indústrias menos poluentes.

Estas esquerdas tendem a priorizar estruturas tradicionais, defendendo uma abordagem temerosa às mudanças culturais, usando frequentemente o argumento da preservação do tecido social que sustentou as suas comunidades e desvalorizando a liberdade individual. Existe igualmente uma tendência para apoiar sistemas de justiça mais punitivistas ou proibicionistas, como pilares da estabilidade social.

Por vezes, as esquerdas conservadoras enfrentam dificuldades em integrar os direitos das minorias no seu quadro ideológico (especialmente quando estes direitos são vistos como concorrentes dos interesses da sua base tradicional), tendo relutância em abraçar plenamente o cosmopolitismo e abertura multicultural ou as políticas de ação afirmativa dado considerarem-nas ameaças às hierarquias existentes nas comunidades trabalhadoras. Em parte, isso leva-as a ignorar as desigualdades raciais estruturais, tratando-as como secundárias face às lutas económicas. Ou a serem frequentemente céticas face a políticas de fronteiras abertas, considerando a imigração uma possível ameaça aos postos de trabalho e à coesão cultural, defendendo por isso sistemas de imigração controlada, para proteger os trabalhadores locais contra a depressão salarial e o desemprego.

A abordagem das esquerdas conservadoras aos direitos das mulheres, que são a maioria da população, é frequentemente moldada por estruturas familiares e papéis tradicionais e embora defendam a igualdade salarial e a proteção para mães trabalhadoras, resistem a mudanças radicais nas normas de género ou nas políticas familiares.

Assim, apesar do espectro político das ideologias de esquerda ser frequentemente visto como uma frente unida contra a política de direita, na realidade existe uma divergência complexa e subtil entre as esquerdas que podemos designar de conservadoras e as esquerdas socialistas modernas. Estes dois grupos divergem, profunda ou subtilmente, em questões de economia, nacionalismo, políticas de transição climática, imigração e inclusão de minorias, género e justiça, moldados por distintas trajetórias históricas, fundamentos filosóficos e realidades sociopolíticas. Conhecer estas distinções permite perceber diferentes visões de sociedade e é importante para compreender as relações entre as distintas forças nos debates políticos atuais, permitindo ou impedindo convergências programáticas. Contudo, essas diferenças não prejudicam a necessidade de ações comuns que comprometam as diversas esquerdas com objetivos concretos na busca de um mundo mais equitativo.

02. Editorial

03. Do conservadorismo de esquerda ao comunismo ácido
Diogo Machado

05. As duas identidades da esquerda etiquetária
Francisco Louçã

07. Novos *tankies* e o neoestalinismo digital: como é incubada a Esquerda Conservadora
João Bernardo Narciso

08. “*Wokismo*”. O conservadorismo de esquerda que a direita prefere
Ana Vasquez e Hugo Monteiro

10. Da diferença nas esquerdas às esquerdas na diferença
Pedro Fontão

11. Qual é a nossa pátria? - crítica do nacionalismo de esquerda
Daniel Borges

13. Perspetivas sobre a imigração
Nuno André Silva

15. Para haver mudança é preciso haver povo que a suporte.
Andreia Galvão

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa
Ana Feijão

Ana Vasquez
Andrea Peniche
Andreia Baptista
Daniel Borges
Diogo Machado
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
Inês Sena

João Alcobia
João Bernardo
Narciso
José Miguel
José Miranda
Ricardo

Leonor Figueiredo
Marco Marques
Maria Manuel Rola
Nádia Leal
Patrícia Felício
Paulo Antunes
Ferreira
Rodrigo Sousa

Capa e Ilustrações

Duarte Santos

Grafismo

Tiago Tavares

Participaram nesta edição

Ana Vasquez
Andreia Galvão
Daniel Borges
Diogo Machado
Duarte Santos
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
João Bernardo
Narciso
Nuno André Silva
Paulo Antunes
Ferreira
Pedro Fontão
Tiago Tavares

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

Do conservadorismo de esquerda ao comunismo ácido

texto de *Diogo Machado*

O modelo das esquerdas conservadoras está esgotado.

Coloquemos a nossa criatividade radical ao serviço da construção coletiva de um novo imaginário político - é isto o comunismo ácido.

O futuro está cancelado? Mark Fisher refletia em *Ghosts of my Life* sobre a incapacidade de inovação cultural neste século e sobre os sentimentos de finitude e desesperança no futuro daí resultantes. Não será exagerado dizer que este fenómeno extravasa a esfera da cultura. Também nós, militantes, temos dificuldade em conceber a possibilidade de um futuro diferente, sentindo-nos presos num triste e eterno presente que, quando efetivamente muda, é sempre para pior.

De facto, é difícil sair deste estado de espírito. O período pós-Guerra Fria, marcado pelo fim do 'socialismo realmente existente' e pela proclamação do 'fim da história', estreitou agressivamente o espaço ideológico para uma alternativa anticapitalista. Ao mesmo tempo, a ofensiva neoliberal colonizou a intersubjetividade e, no plano material, não só reverteu várias conquistas das décadas anteriores, como também pôs em marcha uma violenta ofensiva contra os trabalhadores.

A contradição é evidente: o período da reconstrução acelerada das condições materiais para uma revolução é, ao mesmo tempo, o período do que Fisher chama «realismo capitalista» – a crença generalizada e autoevidente de que não há alternativa ao capitalismo.

Esquerdas conservadoras

A hegemonia neoliberal e a campanha ideológica feroz contra o socialismo feita nas últimas décadas configuraram uma 'tenaz' extremamente pernicioso para a esquerda: se for radical é imediatamente estigmatizada e marginalizada; se se modera, é indistinguível dos demais partidos do arco neoliberal e está condenada à irrelevância política.

Se este contexto difícil explica em grande parte o declínio da esquerda, também ela, na forma como lhe tem respondido, tem a sua quota parte de responsabilidade. Vale a pena analisar então estas respostas segundo o ângulo proposto por este tema: «esquerdas conservadoras».

À primeira transformação de uma parte da esquerda podemos chamar capitulação. Ela tem duas faces: a 'terceira via' Tony Blair/PS e a 'esquerda conservadora' à la Wagenknecht. A primeira é a rendição ao neoliberalismo; a segunda é incorporação da agenda cultural da extrema-direita. Ambas deixam de cumprir quaisquer condições mínimas de uma definição de esquerda e, por isso, não merecerão mais análise.

A segunda mutação, já característica de partidos mais radicais, é o abandono de uma agenda claramente antissistema e anticapitalista em favor de uma plataforma mais ou menos social-democrata. As razões desta viragem podem ser duas. Por um lado, a desilusão com os resultados e o autoritarismo de algumas experiências socialistas pode conduzir a uma espécie de nostalgia pelos '30 anos dourados'. Por outro lado, a consideração de que, no apogeu do realismo capitalista, esta é a única forma de a esquerda ser palatável para o grande público, ou seja, a social-democracia é o mais 'radical' que é possível ser-se.

Assoberbada pela rapidez da desestruturação social provocada pela ofensiva neoliberal, esta esquerda resigna-se a uma postura defensiva de exigências circunscritas com vista a evitar que mais serviços públicos e proteção laboral sejam desmantelados, enquanto vai restando cada vez menos para defender.

A terceira das esquerdas – o 'superego Leninista' de Fisher – caracteriza-se pela fé inabalável nos clássicos, pela recusa

absoluta de compromissos, cedências e adaptação, e pela convicção cega no seu purismo e na sua centralidade no advento da revolução.

É notavelmente avessa a alianças sociais com forças da mesma área política, pois vê a diversidade à esquerda como degeneração ideológica. Tem preferência por formas de organização mais burocráticas, disciplinadas e centralizadas. Alinha cegamente com as experiências socialistas do passado, mesmo as mais repressivas, sendo incapaz de um olhar crítico. Coincidentemente ou não, exhibe um apego a formas ortodoxas de teoria, cujos significantes são repetidos como sinalização de virtude, sem que a isso corresponda necessariamente um programa consequente, ou sequer radical.

Esquerdas esgotadas

A esquerda, hoje e sempre, tem que ser radical. Uma plataforma puramente social-democrata será sempre conservadora, no sentido em que, podendo dar respostas importantes no curto prazo, não comporta perspectivas de mudança estrutural do modo de produção. Assumir estas soluções como o objetivo político último ignora que a conciliação de classes que teve lugar no período da social-democracia só foi possível num contexto muito específico (corrida ao armamento e ameaça do comunismo), sendo, por isso, inevitavelmente precária e provavelmente irrepetível.

O foco exclusivo em propostas imediatistas, argumentadas a partir de uma gramática capitalista, constitui a renúncia à disputa da hegemonia cultural e à luta por alternativas estruturais e sistémicas. Além disso, por não se conseguir dissociar claramente dos restantes atores políticos descredibilizados, nem da ordem política

e económica vigente, falha em capitalizar o descontentamento popular e, assim, em gerar apoio e mobilização.

O refúgio na ortodoxia também não é solução. O sectarismo e isolamento característico destas forças políticas, juntamente com a mobilização de modelos de análise redutores e reducionistas que, presos nos ditos 'clássicos', não se adaptaram à realidade contemporânea, levam a uma perda vertiginosa de influência social, que nem por isso provoca autocritica e mudança tal é a confiança na sua virtude e interpretação correta da missão revolucionária.

Isto não é desmerecer os clássicos nem a sua indispensabilidade para a análise do capitalismo e da sua superação. É, sim, uma crítica à sua ritualização e sacralização, à recusa obstinada da atualização teórica e ao desprezo pela diversidade e riqueza da teoria marxista, indispensáveis para um combate efetivo ao capitalismo contemporâneo e à sua plasticidade ao longo do tempo.

As opções até aqui seguidas pelas esquerdas radicais estão esgotadas. No entanto, ao contrário do que nos querem fazer crer, não estamos condenados ao declínio político nem a uma ideia de 'resistência' ingénuo e romântica. Precisamos urgentemente, sim, de introspeção, mas sobretudo de inovação e criatividade teóricas.

Novas Esquerdas?

Antes de tragicamente tirar a sua própria vida, Mark Fisher deixou-nos a introdução de um livro inacabado: o *Comunismo Ácido*. Este conceito provocador não é um modelo substantivo de comunismo — e muito menos uma apologia do consumo de drogas. Ele é antes um repto para o abandono do 'superego leninista', da nostalgia, da melancolia e da resignação ao futuro cancelado. É uma convocação de energia militante, de convergência de forças so-

ciais progressistas num novo projeto socialista, que nasça da discussão horizontal e da criatividade radical. No fundo, é a criação coletiva, por via da participação alargada e plural, de um novo imaginário político emancipatório.

Como ponto de partida deste projeto, é útil olharmos para formas mais recentes da teoria marxista. Tendo acompanhado a evolução do capitalismo ao longo do tempo, oferecem perspectivas ricas e diversas, mas tantas vezes ignoradas ou desprezadas. A teoria marxista não parou nos anos 30.

O título desta secção não foi escolhido por acaso. É paradoxal para mim como a 'Nova Esquerda' fala tão pouco do seu pai e fundador Herbert Marcuse, que foi tão influente quanto esquecido. *One-Dimensional Man* permanece um antídoto poderoso contra o determinismo histórico que perpassa alguma teoria marxista. Ali, Marcuse explica que a classe trabalhadora, preservando o seu potencial revolucionário, perdeu *de facto* a consciência revolucionária aquando a sua integração no sistema capitalista nos anos 50 e 60. Os confortos do consumismo e da cultura de massas tornaram o proletariado num agente de preservação do sistema a nível subjetivo, formando-se até uma consciência antirrevolucionária.

Isto leva Marcuse a insistir em obras posteriores na necessidade da formação de uma nova consciência, ou de uma «base biológica para o socialismo», como condições anteriores à superação do capitalismo. A sua desesperança levou-o à procura ávida de novos sujeitos revolucionários, voltando-se para os movimentos feministas, antirracistas e estudantis, os quais apoiou efusivamente. A fé nos novos sujeitos revolucionários, além de poder ser teoricamente equívoca, depressa se revelou precária, especialmente no caso dos estudantes após 1968. Em todo o caso, Marcuse contribuiu de forma decisiva para o reconhecimento de fatores subjetivos e culturais além do 'ma-

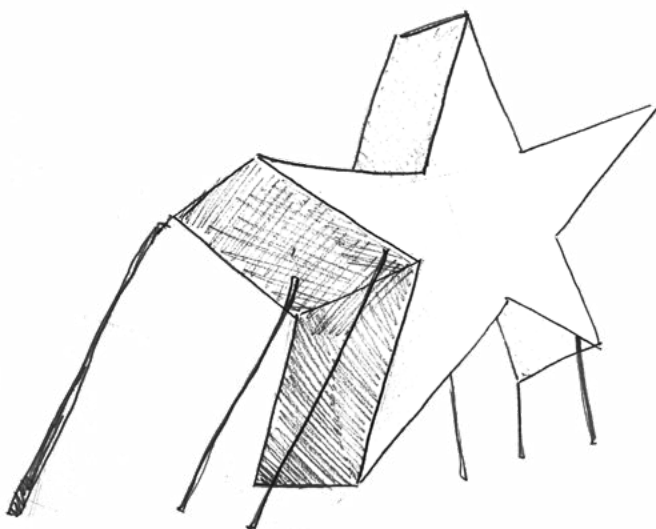
terialismo vulgar', e para o alargamento da luta pela emancipação.

Apesar do seu relativismo e idealismo pronunciados, o pós-estruturalismo e o pós-marxismo fornecem também algumas leituras importantes e ferramentas de combate, nomeadamente a capacidade de desnaturalizar sistemas de conhecimento que consideramos óbvios, expondo a sua arbitrariedade e contingência. Isto aplica-se ao realismo capitalista, mas também a categorias de género, 'raça', entre outras. O pós-marxismo também nos alerta para a fragmentação das identidades no contemporâneo, para os desafios que isto coloca à ação coletiva e para a importância da estratégia discursiva. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, por exemplo, propõem um populismo de esquerda que utilize um conceito de povo plural de forma a agregar subjetividades dispersas em torno de valores comuns.

O período de crise da União Soviética e fim da Guerra Fria trouxe também a proliferação de propostas de modelos alternativos de socialismo que evitassem a burocratização, a centralização e o autoritarismo, na senda do descontentamento de uma parte da esquerda com algumas experiências socialistas. Os modelos de planeamento democrático e descentralizado de Pat Devine ou de Albert e Hahnel, por exemplo, são provas da possibilidade de inovação teórica e referências para a conceção de novos projetos concretos de socialismo.

Por fim, o trabalho de Nancy Fraser é fundamental para evitar o reducionismo de classe e para promover a articulação das lutas emancipatórias numa plataforma socialista. Ao alargar a definição do capitalismo para além de um modo de produção, como uma ordem social, mostra que a discriminação e violência em linhas de género e raciais, assim como a destruição da natureza, são elementos estruturais e constitutivos do capitalismo. Só a transformação radical, não a simples afirmação, poderá proporcionar a emancipação ambicionada por todos estes grupos e movimentos sociais que, integrados por uma conceção alargada de trabalho e classe, são convidados a aliarem-se em torno de um projeto anticapitalista. Fraser responde, assim, aos anseios de todos e todas nós por uma proposta teórica capaz de articular as diferentes lutas numa plataforma coerente e revolucionária — aqui a temos.

Estes são só alguns de muitos exemplos que mostram que fontes de inspiração não faltam. Reativemos a energia militante e criativa, e construamos o comunismo ácido em conjunto.



As duas identidades da esquerda etiquetária

texto de *Francisco Louçã*

As esquerdas conservadoras têm um passado e um presente, e ambos as definem como um projeto político: o seu passado é o campismo e o seu presente é o sectarismo.

A distinção política entre esquerda e direita, se bem que tivesse expressões anteriores, como a luta contra o feudalismo e o escravagismo, ganhou a sua forma moderna com a revolução francesa. À época, a “montanha” era a esquerda jacobina e as alianças entre facções moviam-se gelatinosamente, até serem esmagadas pelo golpe de 18 de Brumário e pela vitória de Napoleão Bonaparte. Ficou a referência à geografia política da esquerda e da direita. No entanto, esse mapa mudou sempre ao longo das circunstâncias históricas: a revolução soviética redefiniu a cisão entre as duas fracções do partido social-democrata russo, os bolcheviques e os mencheviques, e aproximou da primeira uma parte dos socialistas-revolucionários, que eram então a maior força eleitoral e que organizava as massas camponesas. A esquerda alemã deslocava-se também: Karl Kautsky, que tinha sido visto como o herdeiro teórico de Engels, afastou-se do partido social-democrata em protesto contra o seu apoio à guerra e aderiu ao partido social-democrata independente, onde estava Rosa Luxemburgo (mas voltou depois ao SPD). Contudo, a partir da constituição da URSS, uma parte importante da esquerda passou a definir-se como parte desse campo político, malgrado a sua degenerescência e a repressão estalinista — Estaline fez assassinar mais comunistas no seu país do que Hitler na Alemanha. A obediência ao Kremlin passou a ser a sua identidade. É essa a origem do campismo.

Campismo

Um século depois, e 35 anos após a queda do Muro de Berlim, que simbolizou o fim desse sistema e o início da desagregação da URSS, pode parecer um anacronismo

histórico que as esquerdas conservadoras se identifiquem com um “campo” que não existe. No entanto, a fantasmagoria tem uma história e é potente: para alguns partidos comunistas, o apoio a Putin e ao regime russo é simplesmente uma continuidade e uma saudade do estalinismo e do mundo bipolar em que se organizou o seu poder militar e simbólico. É feito em nome da história, mesmo a que já terminou. Esse compromisso pode surgir de muitas formas, incluindo as mais enviesadas, como a alegação de que Putin é hoje o chefe guerreiro do combate ao fascismo e, portanto, merece condescendência em relação à repressão interna, ao discurso contra os direitos das mulheres, ao fanatismo religioso, à cumplicidade e promoção dos oligarcas e até à pilhagem dos recursos do seu próprio país. Por outro lado, a evidência é suficiente para demonstrar o paradoxo desse discurso contra o fascismo e, ao mesmo tempo, o seu empenho na vitória de Trump, no financiamento a Le Pen, na relação íntima com Salvini, no apoio à extrema-direita romena e a outras. Se há um ascenso de forças fascistas, o campo putinista é cúmplice desse processo.

Em qualquer caso, definir a política a partir de campos de obediência internacional sempre foi uma armadilha para a esquerda. Fazê-lo quando o farol é um regime autocrático e plutocrático é ainda mais bizarro e cria contradições insanáveis: quem classifica a China como o sistema socialista dos nossos dias tem que se calar quando uma empresa pública chinesa compra a EDP ou a REN, numa aplicação que resulta da sua acumulação de capital à escala internacional. O alinhamento com Moscovo na invasão da Ucrânia é outra dessas contradições, dado que o presidente russo foi explícito sobre a sua motivação: corrigir o erro de Lenine, que aceitou a autodeterminação ucraniana ao invés de manter as fronteiras herdadas do império czarista.

Além dessa prisão na obediência ao regime putinista, o campismo tem ainda um efeito dominó. Implica uma sucessão de compromissos com outros regimes que possam ter sido, ou possam ser vistos como aliados reais ou potenciais do “campo”. No caso do PCP, e também de outros partidos comunistas e forças das esquerdas conservadoras, foi esse um dos fac-



tores que determinou o apoio a regimes como o do MPLA em Angola. Havia nisso uma continuidade, alguns dirigentes do movimento de libertação contra o colonialismo português tinham colaborado com o PCP durante o salazarismo e tinham vivido exilados em países de leste. Esse laço de solidariedade foi uma realidade histórica. No entanto, os processos de independência e de guerra civil levaram essas direções a escolhas, e uma delas foi o assassinato de militantes comunistas em Luanda em 1977, como foi o caso de Sita Valles. Mesmo que não houvesse esse caso, ainda assim era evidente, sobretudo com José Eduardo dos Santos, que o regime angolano passou a ser um instrumento de força para proteger a acumulação corrupta em prol das famílias dominantes. O campismo, ao inventar a imagem de um governo progressista, ocultou o roubo.

Outra das consequências do campismo é a protecção a regimes corruptos e, em particular, quando se eternizam por fraudes eleitorais. O caso atual de Moçambique é uma expressão dessa contradição. A Frelimo declarou ter tido a sua maior vitória eleitoral de sempre, com 70% dos votos; o resultado superaria o apoio obtido pelo dirigente mais popular da sua história, Samora Machel. No entanto, a evidência de fraude, a ocultação das atas eleitorais e a não verificação de urnas consolidou a certeza da falsificação dos resultados, num período em que o isolamento do regime se exprime na dimensão dos protestos populares. O mesmo padrão ocorreu na Venezuela, com a não divulgação das atas eleitorais. Assim, o apoio campista a estes regimes tem um preço: a esquerda conservadora aceita abdicar do princípio democrático da transparência eleitoral, o que tem consequências no seu discurso no seu próprio país. Esse apoio é ainda agravado pela simpatia para com o regime chinês, que é constitucionalmente de um partido único. O efeito é profundo: para o combate à vaga da extrema-direita, a desistência da regra democrática e da exigência do respeito pela verdade eleitoral é um erro que acomoda os nossos inimigos. Desse modo, a esquerda campista diz ao seu povo que dispensa a fidelidade aos direitos democráticos que foram conquistados pelos movimentos operários e populares. O etiquetarismo campista é a desistência do internacionalismo e da luta socialista, que é a única expressão realmente existente da luta democrática contra o fascismo.

O sectarismo

O campismo tem outras expressões e é sobre uma delas que quero chamar a tua atenção. Recentemente, o Partido Comunista Brasileiro sofreu uma cisão, de uma facção que se passou a designar como PCB-RR (Reconstrução Revolucionária). Não cabe contar aqui a história desse processo, nem da evolução desse partido, que em meados do século passado foi a mais importante força da esquerda brasileira. Foi também um partido campista e Luís Carlos Prestes, o seu secretário-geral, quando decidiu apoiar em 1945 um candidato do presidente Getúlio Vargas em São Paulo (e participaram juntos num comício), alinou forças com o homem o tinha feito prender por nove anos e tinha entregue a sua mulher, Olga, que era judia e de origem alemã, às autoridades nazis (morreu num campo de concentração em 1942).

Ao chegar ao nosso tempo, o PCB é um partido menor, a sua candidata presidencial em 2022 teve 0,04% dos votos (em Portugal, até o MAS teve 0,1% nas recentes eleições). Esta cisão que sofreu tem nenhuma relevância internacional, mas serve-me somente para apontar um facto: ela nasce de um debate interno protagonizado por influencers e que utiliza a comunicação em rede social como a propulsão do sectarismo. Talvez reconheças este padrão numa política mais perto de ti, que substitui a utilização das redes sociais para comunicação pela concentração do debate político através de uma intensificação emocional em cascata virtual. Esse discurso de intoxicação pretende afastar-se das correntes com as quais o sectário poderia ter acordos pontuais na luta social, e quem assistiu ao ataque por militantes do PCP contra a escolha do Bloco de enfrentar no parlamento o discurso provocatório das direitas sobre o 25 de novembro teve o retrato do que é esse sectarismo infantil.

O meu ponto é também este: o próprio discurso sectário precisa de se colocar num lugar inexpugnável e é por isso que se intensifica nas redes virtuais. Vive melhor num espaço público que é privado e o uso das redes facilita a sua agressão e o discurso apocalíptico, dado que ali é natural gritar para procurar alguma atenção. Ora, se a política se torna uma sobreposição de gritos no mundo virtual, como é o caso brasileiro referido ou este exemplo

de multiplicação de insultos sobre o 25 de novembro, fica contaminada por um processo de intoxicação. O espaço virtual deforma todo o discurso político e a sua racionalidade de mobilização social. De facto, é manipulado pela forma moderna do capital e, para resumir, segue o modelo do narcotráfico: a rede social oferece um suporte universal para grande parte da vida humana, constituindo-se assim como uma realidade paralela, que selecciona atividades de alta intensidade emocional; baseia-se na difusão de uma droga alucinógena (os utilizadores têm acesso a produtos e ações que fazem libertar dopamina, o neurotransmissor que nos oferece o prazer da recompensa); é dominado por empresas gigantes que controlam o tráfico-tráfego; cria-se assim uma dependência que se reproduz em ansiedade e perda de competências sociais; e reproduz-se em múltiplos meios de diversão, de trabalho e cultura, incluindo o engajamento em sistemas que prometem mudanças na vida a partir da submersão no mundo virtual. Esta magia estabelece o indivíduo sem individualidade: o protótipo do habitante do metaverso é uma nova espécie, nascida da mercadorização da atenção, do turismo do conhecimento trivial, da degradação da linguagem e do colapso da noção do tempo. Esta é uma forma de universalização do capitalismo, que alcança e submete tudo e todos, vampirizando as emoções e pensamentos. Nesse mundo, o político da rede virtual é um sectário por natureza.

Se o campismo é o que define a esquerda conservadora no mundo e se a sua linguagem é a ilusão da guerrilha virtual, nada lhe sobra de um projeto socialista.

Novos tankies e o neoestalinismo digital: como é incubada a Esquerda Conservadora

texto de **João Bernardo Narciso**

Entre memes e nostalgia em segunda mão, os “novos tankies” sofrem de um vazio ideológico e de uma socialização política superficial, contribuindo para a crise da esquerda mundial contemporânea.

Nos últimos anos, tornou-se evidente a presença de uma subcultura política relativamente popular entre jovens de esquerda: os novos *tankies* — jovens atraídos por uma visão romantizada e nostálgica da União Soviética, do estalinismo, de outras experiências autoproclamadas de comunistas. Este fenómeno está profundamente ligado à globalização cultural e às formas de socialização política contemporânea, refletindo tanto as limitações dos horizontes de transformação política e social de hoje quanto uma nostalgia em segunda mão pela ordem bipolar da Guerra Fria.

Para compreender as bases deste neoestalinismo juvenil, é essencial explorar dois processos-chave: o impacto da globalização cultural e a ausência de um horizonte socialista viável no centro do sistema imperial. Estes fatores ajudam a explicar como surgiram essas culturas políticas e por que ganham tração nas redes sociais e consequentemente nos debates da esquerda global.

Globalização cultural e redes sociais: o berço do neoestalinismo digital

A globalização cultural, especialmente nas últimas décadas, tem sido predominantemente moldada por produções de matriz norte-americana. Este processo impacta profundamente a forma como as mais recentes gerações experimentam e se conectam com a cultura. A geração que construiu a Revolução Portuguesa de 1974, por exemplo, construiu a sua visão de mundo num ambiente cultural dominado pela poesia, pela música e pelos debates intelectuais de influência europeia, em particular de tradição francófona marxista e existencialista. As ciências sociais e as humanidades penetravam o discurso público, também contaminado por experiências concretas de resistência e luta coletiva, como era a memória ainda recente do Maio de 68.

Hoje, com a ausência de experiências coletivas de militância e associativismo (por uma série de causas que fogem do tópico deste texto), uma grande parte das gerações mais jovens forma-se politicamente na internet. Esta socialização política é feita em plataformas como o *Twitter* e o *TikTok*, onde a produção cultural segue padrões altamente uniformizados, reproduzindo guiões, estéticas e narrativas comuns através de memes e trends, e que favorecem o consumo de ideias superficiais em detrimento de análises históricas e teóricas mais complexas. Assim, as redes sociais são um espelho de dinâmicas culturais altamente influenciadas pelos Estados Unidos, amplificando discursos políticos que muitas vezes utilizam a ironia e o choque como principais armas retóricas e pondo em cima da mesa discussões em termos que à partida estariam descontextualizados noutras geografias. Sem colocar em causa o ímpeto internacionalista de momentos como estes, comparar a capacidade de mobilização de manifestações antirracistas em homenagem a George Floyd com outras do mesmo tipo, mas de contexto nacional, permite perceber o

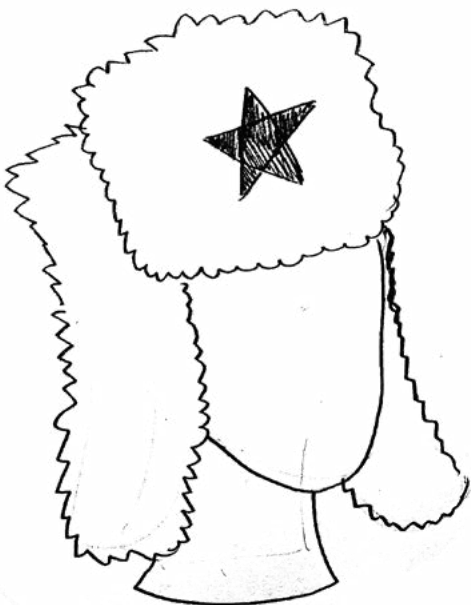
poder legitimador deste tipo de importação política e cultural.

Um tema frequente na comunicação desta subcultura é a exaltação da discricionariedade tirânica. “Quando fazes a revolução, mas esqueces-te de dizer ‘por favor’”, lê-se num meme com o retrato de Pol Pot no fundo. Outro exemplo é o uso constante de imagens de tanques soviéticos como resposta a qualquer crítica, sugerindo, com um tom cómico, que a solução para tudo seria “enviar os tanques”, numa referência às invasões soviéticas à Hungria em 1956 e à Checoslováquia em 1968. Finalmente, outro recurso usado neste tipo de comunicação é o da atribuição de pontos de “crédito social” para validar uma opinião com a qual se concorda.

O hiper-identitarismo neoliberal também está, paradoxalmente, muito presente nestes nichos online. Através de abreviaturas em bios tipo “marxista-leninista zapatista titoísta aceleracionista georgista”, os militantes digitais identificam-se como pertencendo a uma ou várias subtendências da esquerda, removendo dessa identidade qualquer tipo de contexto histórico-geográfico e ignorando eventuais contradições ideológicas. Este tipo de expressão reflete também a fragmentação da esquerda global, onde projetos transformadores deram lugar a “identidades” desconectadas de experiências concretas de luta de classes.

Nostalgia estética e o vazio ideológico do pós-Guerra Fria

Outro fator central para entender o neoestalinismo é o contexto sociopolítico dos Estados Unidos e outros centros do capitalismo global, onde estas subculturas têm origem. A experiência da esquerda norte-americana, em particular, está marcada por uma ausência de expectativas reais de transformação socialista. Enquanto na Europa o imaginário da esquerda alimentou-se de momentos históricos como o Maio de 68, o 25 de Abril ou até as frentes populares dos anos 30, que alimentaram horizontes de esperança, o contexto dos EUA, mesmo contando com momentos de enorme agitação social, é caracterizado por derrotas políticas sucessivas e pelo absoluto amarramento do sistema político culminando na hegemonia de um modelo neoliberal que, por muito tempo, foi vendido como “o fim da história”.



Neste cenário, a nostalgia da Guerra Fria — e da bipolaridade ideológica que ela simbolizava — ganha força. A União Soviética emerge como um símbolo de resistência ao imperialismo dominante dos Estados Unidos, ignorando ou relativizando as contradições e crimes do bloco soviético. Para muitos jovens que nunca viveram esse período, a URSS torna-se uma figura mitológica de “alternativa”, contrastando com o vácuo ideológico contemporâneo a que só resiste o cinismo e o sarcasmo. A nostalgia de um período não vivido surge assim como uma opção em detrimento de uma realidade que se rejeita, sendo professada acima de tudo estética e performativamente. A obsessão com símbolos, cartazes, músicas e outros artefactos culturais e políticos prende-se precisamente com essa necessidade de construir um imaginário estético que preenche o vazio.

Campismo e purismo: os riscos de uma esquerda sem horizonte coletivo

Essa postura também se manifesta no campismo — a tendência de justificar qualquer imperialismo que se oponha aos EUA, como ficou evidente após a invasão russa da Ucrânia. Para setores dessa esquerda, a hierarquização dos imperialismos justifica apoiar regimes autoritários sob o pretexto de resistir à hegemonia norte-americana. Essa lógica reflete a falta de uma estratégia socialista real, alimentando um discurso defensivo e resignado que privilegia sempre a retórica à transformação concreta.

O fenómeno dos novos *tankies* é, portanto, um produto da derrota histórica da esquerda. Longe de constituírem um movimento coerente, são uma expressão cultural de saudosismo estético e de resignação po-

lítica. Não representam a defesa de uma política socialista real, mas apenas uma provocação pós-moderna contra as democracias liberais e suas promessas furadas. No entanto, este fenómeno está longe de se traduzir apenas em provocações inócuas. A popularidade deste ideário em certos círculos da esquerda e em particular em jovens com pouca experiência real de militância, fomenta purismos ideológicos e identitarismos políticos, prioriza a afirmação de princípios em detrimento de qualquer prática de organização coletiva e coloca em risco o potencial de uma esquerda que possa vencer e que terá de saber juntar forças e construir programa entre tradições diferentes. É, portanto, um perigo que exige reflexão sobre como construir alternativas que criem espaços de socialização política saudáveis e que dialoguem com a história sem cair na armadilha de um saudosismo vazio.

“Wokismo”. **O conservadorismo** **de esquerda** **que a direita prefere**

texto de **Ana Vasquez e Hugo Monteiro**

O “wokismo” é hoje uma espécie de fumo branco do consenso entre a direita e alguma esquerda mais liberal, na hora de apontar responsabilidades várias. Importa ir para lá da cortina de fumo.

Na sequência da vitória de Trump nas eleições norte-americanas, e perante o inegável crescimento da extrema-direita um pouco por todo o mundo, temos assistido a um súbito e consensual coro de lamentações em torno do alheamento dos problemas concretos das massas trabalhadoras por parte das forças políticas. De acordo com uma considerável fatia de chorosos/as comentadores/as, deve-se principalmente à esquerda política a responsabilidade por este esquecimento. Distraída pelas questões das identidades e da defesa das minorias, a esquerda ter-se-ia perdido de uma função de representação das classes laboriosas, permitindo a implantação do populismo de direita nos contextos e nos quotidianos do trabalho. Pior, a

agenda *woke*, para fatia considerável dos comentários de direita — confundindo maliciosamente os crimes, cada vez mais evidentes, do hétero-patriarcado, com uma espécie de vigilância despolitizada de comportamentos e linguagens — teria tomado conta do espaço público, limitando o que se pode ou não dizer, fazer ou afirmar.

Por tudo isto, porque é preciso agir e pensar politicamente, para além de cortinas de fumo e de frivolidades despolitizadas, torna-se necessário distinguir a atitude “*woke*” de uma justa valorização das questões identitárias, alertando-se para a necessidade de não deixar que o discurso de afirmação das identidades caia nas malhas de uma espécie de panótico vigilante e punitivo.

Sílvia Federici: “Descolonização não é ler Fanon, em vez de Platão.”

Tomemos como ponto de partida uma entrevista, concedida pela filósofa Sílvia Federici, em torno do passado e do presente das lutas feministas [“Women and Feminisms – Past and Present – Federici interviewed by Eirini Avramopoulou”]. Convidada a falar sobre a necessidade de descolonização do conhecimento nas Universidades e no ensino, a filósofa abre caminho à necessidade de refletir sobre as condições desta descolonização, cuja urgência é inegável. A sua resposta é clara: quando há propinas a pagar, quando o produtivismo académico e a precariedade laboral inundam a educação, quando o capitalismo não dá tréguas, há que assegurar o alcance e a abrangência de uma luta que é ampla e coletiva, que é sistémica e politicamente exigente. Sem pruridos, avisa Federici: “Descolonização não é ler Fanon, em vez de Platão. Descolonização é lutar para garantir que o conhecimento não está organizado como um instrumento de dominação”.

O sentido desta resposta serve, ao mesmo tempo, de toque a rebate quanto ao que há por fazer, tanto na educação como fora dela, na descolonização da ciência e da sociedade, como sugere desconfiança quanto a uma certa facilidade classificadora e persecutória, que se limita a substituir discursos, a vedar autores e autoras, a confundir a crítica com a simples recusa de confronto. Trata-se de uma despolíticação sistemática, que o termo “wokismo” tem agregado com o auxílio dos media conservadores mas, também, com o contributo direto de uma esquerda liberal, mais conservadora do que estaria disposta a admitir.

O “wokismo” é um rótulo que funciona como uma camisa de forças, que não permite discussão real e que visa impedir qualquer possibilidade de réplica. Trata-se de uma importação, imperfeita e parcial, de uma expressão e de uma tendência que vem proliferando nalguns contextos norte-americanos, cujo decalque em contextos europeus e portugueses depende da acomodação da realidade à mesma lente que a gerou. Em contextos anglo-saxónicos, a palavra remete a “woke”, como propriedade de quem está, supostamente, “desperto/a” e “acordado/a” numa sociedade adormecida. Esse adormecimento social

diria especialmente respeito a diferenças e a identidades marginalizadas, numa sociedade uniformizada e opressora.

O problema está no woke do wokismo

Até aqui, nenhuma questão, nenhum obstáculo aparente – com maior ou menor concessão à língua franca, nada parece dificultar o enquadramento da tal designação “woke” nos desígnios das lutas populares contra a injustiça sistémica. O problema surge quando essa designação, o “woke” desse “wokismo”, não apenas constitui um facilitismo de classificação muito confortável à ordem dominante, como serve de elemento despolitizador de posicionamentos, ao isolar bandeiras e construir reivindicações num quadro concorrencial totalmente adequável a um senso comum de direita. O termo “woke”, além de arma de arremesso eficaz, repetida pela direita e altamente legitimada pelos media, é um fator de despolitização que se reflete no interior da própria esquerda, como uma espécie de fechamento identitário, isolacionista e fortemente sectário. Tendo por elemento um certo conservadorismo (de direita, claro, mas também de esquerda), o rótulo preguiçoso do “wokismo” diz respeito à velha e equívoca essencialização das diferenças, que resulta na ocultação da natureza sistémica das desigualdades económicas, sociais e políticas, que se mantém intocadas ante um debate totalmente aclimatado à rapidez proliferante dos novos media e das redes sociais.

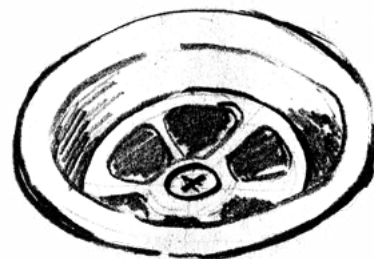
Foi razoavelmente difundido, entre nós, um livro de Susan Neiman [“A esquerda não é woke”], onde se acusa o “wokismo” de perversão dos valores históricos da esquerda, em nome do que, no fim de contas, seria apenas uma agenda atomizada. Para Susan Neiman, a abordagem woke confina cada grupo oprimido ou marginalizado ao “prisma da sua própria marginalização”, de tal forma que essa marginalização passa a ser uma espécie de lente única a partir da qual se perspetiva a realidade social. Ainda que progrida, quanto a nós, em moldes bastante discutíveis, o livro parte de uma descrição eficaz, por denunciar um ponto de partida que faz recuar a luta social a um critério privado, particular, que se aproxima perigosamente de uma espécie de conservadorismo ensimesmado e securitário, cheio de certezas

dogmáticas e esvaziado da amplitude da luta coletiva. Tal como o próprio neoliberalismo, trata-se de uma abordagem individualista e competitiva da política, que retira de um marco referencial privado a tendência para uma postura reativa, que não sai da espuma dos dias nem chega a ameaçar as mais fundas raízes da injustiça sistémica. A postura woke isola-se na sua própria agenda identitária, que facilmente se desliga das alianças de classe e da orgânica coletiva, essenciais para uma luta anticapitalista consequente.

E a classe, pá?

Isto não significa a desvalorização das questões da identidade, que se mantêm centrais na disputa do tempo e nas batalhas de toda e qualquer esquerda que mereça o seu nome. Trata-se, antes, de assegurar o direito às diferenças num quadro que não abdique da profundidade crítica da máquina capitalista de produção e de legitimação de injustiças, como das formas mais díspares de subalternidade e de circuitos opressores. Não há nenhuma oposição, ao contrário do que há muito veicula uma abordagem ortodoxa e transversalmente conservadora, entre luta de classes e luta pela identidade e pelos direitos sociais. Há, sim, uma interligação fundamental, que é preciso garantir contra a frivolidade apolítica do individualismo conservador, incapaz de constituir bases de diálogo assentes na aliança e na organização coletiva contra o capitalismo, enquanto rolo compressor de diferenças, a partir do qual as opressões concretas se tornam legíveis e combatíveis.

O desafio está na articulação entre uma consciência de classe, que reconhece a tendência universalizadora dos seus combates e as questões identitárias, enquanto expressão e reflexo das relações desiguais de poder numa sociedade capitalista. É preciso sublinhar que não existe oposição entre classe e identidade. Por isso mesmo, por configurar uma atitude despolitizada de sobreposição identitária, em vez de afirmação de diferenças subalternizadas por um mesmo sistema de dominação, o wokismo é o conservadorismo de esquerda que a direita prefere.



Da diferença nas esquerdas às esquerdas na diferença

texto de **Pedro Fontão**

A hierarquização das lutas traça uma linha separadora entre a esquerda conservadora e uma esquerda progressista, precisamente na medida em que o pluralismo exprime-se como alternativa à não aceitação da diferença.

Se é expectável que princípios éticos e filosóficos sustentem as bases doutrinárias de uma determinada orientação política, seja ela de direita ou de esquerda, o mesmo já não se aplicará quando se trata de contaminação programática por preceitos de índole moralista e anacrónica. Se, no primeiro caso, trata-se de um natural enquadramento ético-ideológico de uma corrente, no segundo estaremos já no campo da intolerância e da não aceitação da diferença.

Questões relacionadas com as liberdades individuais e o direito à autoafirmação, como a morte medicamente assistida, a abordagem as questões das drogas para lá dos modelos clínicos ou terapêuticos (felizmente já ultrapassado, em certa medida, o paradigma jurídico-repressivo) ou o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, fazem, por vezes, ressoar um puritanismo bafiento em ambos os quadrantes do espectro político mais conservador. Surpreendente é quando tal ocorre à esquerda.

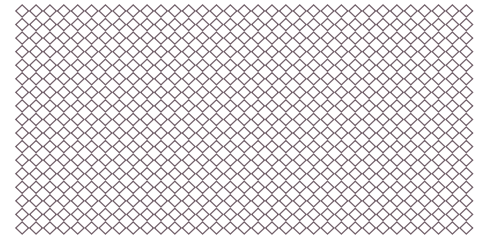
A demissão dos agentes mediadores

Longe de se defender um modelo de compartimentação das causas ou uma perspectiva atomista dos fenómenos, importa notar que, na esteira do preconceito dogmático, sobressaem lutas que, votadas a um pendor marginal ou desviante, permanecem do lado de fora das narrativas da inclusão, da liberdade e da igualdade. Depois de proscritas pelos grandes agentes mediadores, como a igreja, sindicatos, organizações de base comunitária (nem todas, mas sim, é um facto!) ou mesmo pela maioria dos media, acabam também banidas do âmbito de concretização da justiça social e de uma parte daquele que seria um dos seus últimos redutos: a esquerda - neste caso, pela mão das suas alas mais conservadoras.

Direitos Humanos: uma questão de es- pera?

Em confronto com tendências progressistas que saem em defesa do pluralismo e do direito ao livre desenvolvimento da personalidade – entendendo, nesse sentido, que diferença e igualdade não são incompatíveis -, este conservadorismo, pelo contrário, convive pacificamente com a ingerência de um paternalismo de Estado sobre as esferas íntima e pessoalíssima do sujeito, que se precipita na proteção do indivíduo “contra si mesmo”. Concomitantemente, e sob o desígnio de uma hierarquização das lutas, pugna por um controlo social sobre condutas que, de algum modo, tornam candente o elemento da diferença e que, à luz dessa lente, inquina o processo de transformação coletiva.

Prosseguindo com os exemplos acima apontados, veja-se a recusa destes setores no reconhecimento do direito à escolha no que tange à morte medicamente assistida ou ao enquadramento do trabalho sexual, por se entender que tais opções sempre seriam condicionadas por uma conjuntura marcada pela falta de acesso a recursos materiais ou a oportunidades. Emanada daí um afastamento do direito à autodeterminação nestas matérias, por se questionar



a validade de um consentimento livre, voluntário e consciente, como se de pessoas desprovidas de capacidade de agência ou inabilitadas se tratasse. Descortina-se, assim, uma certa aura messiânica que estabelece a abolição do capitalismo como condição única para o reconhecimento daquilo que se esperaria como direitos intrínsecos a todo e qualquer ser humano. Num exercício de paralelismo, questiona-se a sensatez de se aguardar por condições ideais (leia-se, a supressão do modelo económico capitalista) para se encetar políticas e estratégias de combate às alterações climáticas...

Uma luta de (quase) todos?

No caso particular do trabalho sexual, esta ortodoxia à esquerda tem vindo a tornar-se mais flagrante, cindindo, inclusivamente, o feminismo que se tem visto parcelado, por um lado, por tendências pró-direitos de profissionais do sexo e, pelo outro, por correntes de cariz proibicionista que vão beber daquele conservadorismo e que, sob um discurso panfletário de exaltação do resgate, distinguem entre “mulheres prostituídas” e empoderadas, vítimas e não vítimas, dignas e não dignas, etc. O mesmo se verifica quando estas narrativas são utilizadas como arma de arremesso, pelas próprias organizações sindicais, contra movimentos de base comunitária pró-direitos para o trabalho sexual - como, aliás, se tem tornado escandalosamente explícito no tratamento vexatório que pessoas e movimentos representantes desta causa têm sofrido, de forma recorrente, nas marchas do 1o de Maio. Falsas generalizações e correspondências sensacionalistas entre prostituição, miséria, exploração e consumo de drogas, revestem-se de versões encapotadas de exercício de um controlo social cujo desígnio investe no silenciamento da diferença e na tomada de decisões em nome de outrem. Com efeito, não deixa de ser digna de nota a constatação de que as forças moralistas enfileiradas na denegação da autonomia, da capacidade de agência e da liberdade sexual de pessoas trabalhadoras do sexo tenham, entre as suas trincheiras, movimentos feministas. Tal como é surpreendente a recusa na observância de direitos laborais (incluindo o direito ao associativismo e organização sindical) para este setor de atividade - pasme-se... por parte de estruturas sindicais.

No que concerne ao uso de drogas, as coisas não sucedem em moldes distintos. Se, justiça seja feita, repousa por toda a esquerda um clima de unanimidade que



toma como ultrapassado o modelo do *junkie* delinquente, facto, porém, é que esse consenso sucumbe a partir do momento em que se busca uma emancipação perante o paradigma do *junkie* doente e se parte para uma dimensão hedonista dos consumos, encarada, por algumas tradições, como um elemento de ameaça à coesão da classe trabalhadora.

Estes mecanismos de controlo social substanciados na produção e reprodução de narrativas moralistas face a determinadas condutas ou atitudes, assim como numa tutela paternalista sobre os corpos, parece buscar a sua base de sustentação, do lado da esquerda conservadora, numa pretensa hierarquização das lutas, para a qual se

revela necessária a manutenção de uma cultura operária escondida de elementos ameaçadores da consciência e coesão de classe, ao mesmo tempo que parece pretender cooptar traços agregadores em torno dessa organização, como o pudor, a monogamia, a família, a heterossexualidade ou determinados consumos.

Para uma igualdade entre a diferença

Por muito que, num plano discursivo e formal, estes setores demonstrem um claro afastamento do quadro axiológico judaico-cristão e das direitas conservadoras, verdade é que, em termos substanciais, parecem

fazer-lhes concorrência direta na defesa da moral e dos bons costumes, inclusivamente, aquiescendo com uma inversão dos papéis do Estado enquanto intervencionista no que concerne a liberdades individuais e abstencionista quanto à previsão de direitos programáticos em determinadas matérias.

Não será no caminho da anulação da diferença que se encontrarão narrativas comuns aptas a promover a coesão, a empatia e o sentido de comunidade. Pelo contrário, uma esquerda situada e de inspiração humanista só poderá encontrar o seu rumo na celebração conjunta da diversidade, da liberdade e da igualdade.

Qual é a nossa pátria? - crítica do nacionalismo de esquerda

texto de **Daniel Borges**

O nacionalismo de esquerda é o futuro da esquerda na Europa? Para além do sucesso pontual de uma ou outra corrente nos seus contextos, demonstramos uma política gasta e que se afasta dos princípios da luta de classes.

Pode dizer-se da esquerda anticapitalista – em defesa do seu bom nome – que procura sempre adaptar-se e agir perante uma análise objetiva da realidade concreta. No entanto, essa sua definição histórica levou a que em vários casos se formassem as premissas como resposta à conclusão na procura de uma justificação válida para a sua ação. Não é menos assim no caso do nacionalismo de esquerda, cuja popularidade, como os ciclos do capitalismo, sobe e desce.

Uma historiografia dessa corrente de pensamento não cabe aqui, mas agradece-se espaço suficiente ao editor para se exporem as principais contradições em volta desta ideia. Primeiro, uma nota histórica. Como com todas as ideias, existem as mais variadas análises e utilizações do nacionalismo, tanto à esquerda como à direita, algumas com o seu mérito. A questão nacional tanto serviu para fortalecer a dominação das classes dominantes na organização dos regimes fascistas como foi pelas classes dominantes traída, por exemplo, quando Thiers deixou o exército prussiano entrar em Paris porque a ver-

dadeira ameaça aos seus interesses estava na Comuna. Da mesma forma, tanto serviu a Lenine para garantir a autonomia ucraniana como a Estaline para criar uma mitologia supremacista que ainda hoje tem repercussões.

Dito isto, o interesse precisamente da análise da realidade é enquadrar a discussão no seu próprio tempo. Nessa senda, não se pode deixar de reparar que o nacionalismo de esquerda no ocidente tem dois processos concretos que o marcam e que o demarcam temporalmente. O primeiro é a implosão da União Soviética. O fim de um paradigma que significa uma crise de valores e análise para os tradicionais Partidos Comunistas: o fechamento de uns, a abertura de outros e a diluição de alguns. O segundo é a globalização, um processo de décadas que altera estruturalmente o funcionamento dos mercados e das suas escalas, acompanhado da financeirização da economia e da liberalização do movimento de capital.

A nova vaga de nacionalismo de esquerda surge precisamente como resistência à

globalização. Não só porque vê na crescente precarização e desindustrialização das sociedades capitalistas avançadas uma ameaça ao tradicional sujeito político das suas lutas, mas também porque percebe que as instituições supranacionais ameaçam a democracia e a sua capacidade de disputar a relação de forças. Até aí estamos de acordo.

Mas veja-se como premissas iguais dão conclusões diferentes: o nacionalismo de esquerda insiste em tentar conservar as características de um capitalismo que já não existe e serve-se precisamente da identidade nacional na procura de reconstruir as grandes lutas nacionais. Isto é como quem diz: “fragmentaram o proletariado, mas ainda conseguimos manter uma identidade coesa e maioritária” (é essa a grande sedução do nacionalismo e já lá iremos aos seus pecados). Uma outra esquerda percebe que a luta no mundo globalizado mudou, e insiste numa alterglobalização, uma luta internacionalista que estava destinada a falhar mas cuja grande vitória é o paradigma que institui, e que revemos nas duas últimas décadas no *MayDay*, no movimento das praças, na greve feminista internacional, nas greves climáticas, no *Black Lives Matter* e no movimento de solidariedade com o genocídio em Gaza. As vitórias não foram poucas.

Essa esquerda não põe de lado as lutas concretas nacionais mas antes assume um novo paradigma, uma nova luta internacionalista que questiona precisamente as instituições supranacionais em vez de se refugiar na questão nacional para des-

culpar as suas próprias incapacidades. Há conquistas no plano nacional, mas essas conquistas não existem fora de uma relação de forças mais abrangente internacionalmente. Devemos sair da NATO, mas não nos iludimos e sabemos que as bombas continuarão a cair e que os movimentos pela paz e contra o escalamento das guerras serão a pedra angular da política de esquerda anticapitalista nas próximas décadas. Movimentos internacionais e internacionalistas sempre foram aqueles que conseguiram vitórias contra o belicismo, no Vietname como em Timor.

Qual é o nosso sujeito político?

Avancemos. O pecado mortal do nacionalismo de esquerda vem da confusão entre os seus sujeitos políticos. Tão preocupada está essa política com a reconstituição de uma maioria para disputar, que se esquece de si própria. E o exemplo caricato é mesmo Sagra Wagenknecht, tão preocupada em disputar a maioria, que transforma o *Mittelstand* (o bloco de médias empresas alemãs) em sujeito político contra as grandes empresas, esquecendo-se certamente de como funciona o mercado capitalista e a acumulação de capitais, bem como dos interesses que realmente estão por detrás das médias empresas.

Aí está uma característica fundamental do nacionalismo fascista que se dá à mostra em algum nacionalismo de esquerda, porventura o mais selvagem. Ao encontrar outro sujeito político, abdica de uma política de classe para obter no corporativismo e na aliança entre patrões e trabalhadores a defesa da sua pátria.

É o *adeus ao proletariado* que segue o rasto da economia neoliberal. E mais curioso ainda é que essa mesma política ressurgiu como uma crítica à esquerda “identitária”, para quem – dizem – os trabalhadores já não importam.

Ora, veja-se a diferença: há uma análise de esquerda que reconhece as contradições da classe trabalhadora, os antagonismos internos à própria classe, que derivam de outras estruturas de desigualdade e que definem desigualdades de poder –

até económico – entre diferentes grupos da classe operária; uma análise que constrói (ou vai tentando construir, que o caminho faz-se caminhando) uma política anticapitalista para todos, que não deixe ninguém para trás.

Uma outra análise já tem a conclusão estabelecida, e portanto constrói as premissas à sua medida: martela a classe trabalhadora num padrão uniformizado e aproveita-se da questão nacional para fazer separar as partes de que não gosta. Afinal, o que é a política de Sagra Wagenknecht senão a divisão da classe trabalhadora em si mesma: trabalhadores nacionais para um lado, imigrantes para o outro. Uns filhos da pátria que merecem proteção, outros degenerados e sem direitos. E mais, voltamos à aliança com os patrões, porque essa política diz: “desamiguem-se dos trabalhadores imigrantes, os vossos irmãos contra os estrangeiros e contra os excessos do capitalismo são os médios empresários”. Para uma esquerda que levanta como bandeira a prioridade da luta de classes, é um método enigmático.

É preciso voltar atrás e reafirmar um ponto: a tinta com que a história é escrita é cinza e, portanto, caminhamos sempre no fio da navalha. As lutas de libertação usaram a questão nacional como pilar fundamental da sua luta e ninguém as pode desdizer. Seria igualmente absurdo dizer que quem resiste em Gaza ou na Ucrânia não tem como bandeira essa mesma questão. E por isso, a crítica do nacionalismo de esquerda não é mais do que a crítica a uma política de divisão. Porque o anti-colonialismo concebe a questão nacional como política de libertação, não de exclusão.

E já agora, não se fica por aí. Num discurso proferido num seminário de quadros do PAIGC, que mais tarde foi publicado com o título *Resistência Política*, Amílcar Cabral lembrava: “unidade nacional, sim, mas contra todos os traidores, contra todos os oportunistas, contra todos os imorais”, e acrescentava que “fazemos a unidade nacional com um objetivo certo: combater o inimigo, lutar contra o inimigo, mas ao mesmo tempo lutar contra todos os fatores negativos do nosso meio”. Libertação contra o Estado colonialista, mas também contra o sistema explorador em si.

Nesse ponto podemos dizer que a política de Sagra Wagenknecht é conservadora. É um movimento de resistência à globalização e às transformações culturais, e para isso serve-se de uma coligação de trabalhadores e patrões sobretudo contra os trabalhadores imigrantes. Não é o recentramento dos trabalhadores no plano da luta social, é o aproveitamento da cada vez mais fraturante questão nacional.

Reflexões sobre Portugal

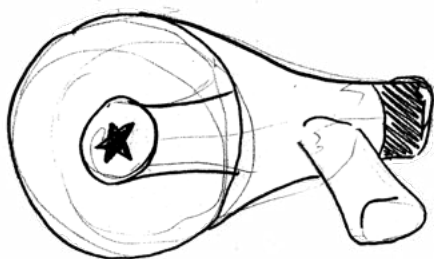
Em Portugal, não se faz o desfavor de colocar as correntes que reivindicam o nacionalismo de esquerda, sobretudo dentro e à volta do Partido Comunista Português, no mesmo nível infeliz em que colocamos a discussão alemã. Tentemos antes perceber as suas razões.

O lugar de Portugal na relação de forças internacional é absolutamente inexistente. Mesmo dentro dos países periféricos da União Europeia, estamos à beira mar plantados sem ter grande coisa a dizer. A perda de soberania para as estruturas supranacionais, sejam elas o Banco Central Europeu ou a própria União, qualificam-se como obstáculos a uma política anticapitalista. Essa análise é tão transparente como a água e é partilhada. Mas será o nacionalismo de esquerda a solução?

Os argumentos já foram dados. Como estratégia, falha por considerar o refúgio nacional como solução. Mesmo fora da UE, Portugal estaria enquadrado num contexto internacional dominado pelas potências ocidentais e sob pressão dos mercados e da movimentação de capitais internacional (alguém acredita que seria possível a desdolarização?). Ou a situação internacional vira à esquerda – e, diga-se, não parece dirigida para aí – ou não há rutura com o capitalismo para ninguém. E a lição que os movimentos internacionais nos deram desde o virar do século é precisamente essa.

Como tática, corre o risco de cair na armadilha alemã. Mesmo que não caia, é duvidosa a sua eficácia e a sua direção. Para onde vai? “Preparar as massas trabalhadoras” tornou-se sinónimo de as entrincheirar contra si mesmas? Aproveita a questão nacional para construir uma maioria corporativista? A política para os “trabalhadores nacionais” é também usada pela extrema-direita para virar trabalhadores contra trabalhadores.

Se é simplesmente uma função retórica que usa a bandeira ou o hino para aproximar trabalhadores, não o queremos. A nossa pátria não tem delimitações geográficas, mas antes uma única fronteira entre quem explora e quem é explorado. E do lado de cá, temos a certeza de que a luta e o caminho para a libertação não precisam de ir beber do outro lado.



Perspetivas sobre a imigração

texto de **Nuno André Silva**

Entre as lógicas de fechamento de fronteiras e a mera instrumentalização económica, prolonga-se a injustiça face aos direitos das pessoas migrantes.

E alguma esquerda não se isenta dessa tendência.

Não se pode afirmar que o percurso político de Sahra Wagenknecht ou os resultados do seu homónimo partido nas recentes eleições na Turíngia e Saxónia, na Alemanha, tenham sido surpreendentes. Tendo assumido cargos de destaque no Die Linke, incluindo o de líder parlamentar, Sahra Wagenknecht distinguiu-se pelo discurso populista e nacionalista face à imigração e pelo ceticismo relativamente às alterações climáticas. Em 2018 constituiu o movimento Aufstehen (De Pé), com o propósito de disputar eleitorado com a extrema-direita, dando centralidade às questões sobre asilo e recorrendo com frequência a um argumentário muito próximo do utilizado pela Alternativa para a Alemanha. Em 2023, Sahra Wagenknecht anunciou a formação de um novo partido criado, literalmente, à sua imagem e semelhança: a Aliança Sahra Wagenknecht. Aproveitando um período de declínio do Die Linke e as várias sondagens que apontavam para uma aceitação generalizada de políticas restritivas face à imigração e acolhimento de refugiados, a Aliança assumiu-se como uma “nova via” à esquerda, clamando uma reaproximação à classe trabalhadora e exigindo limitações à entrada de estrangeiros no país. Com um discurso xenófobo, mas aparentemente mais polido do que o que tem sido apanágio da extrema-direita, a Aliança serviu-se de medos e preconceitos e alcançou, desse modo, o terceiro lugar nas eleições na Turíngia e na Saxónia.

A imigração como questão divisiva

Poderíamos refletir sobre o enquadramento ideológico do partido Aliança, mas tal discussão afigura-se estéril e pouco relevante.

O debate em torno da imigração continua a revelar divisões profundas entre diferentes correntes políticas à esquerda, e os discursos anti-imigração há muito que deixaram de ser um exclusivo da direita ou da extrema-direita. O apogeu desta nova era revelou-se na aprovação do Pacto das Migrações, uma vitória da agenda política da ultradireita, que impõe um pendur securitário às políticas migratórias da União Europeia (UE) e implementa novos procedimentos em matéria de asilo, para agilizar deportações, externalizar a gestão das fronteiras europeias e impedir a entrada dos requerentes no espaço europeu.

Segundo dados oficiais^[1], em 2023 viviam na UE cerca de 448.8 milhões de pessoas, sendo que apenas 6% dos residentes não tinham cidadania europeia e 9% tinham nascido fora deste espaço. E desde 2020 o número de entradas de imigrantes em situação irregular no espaço europeu (ou seja, sem cumprirem os procedimentos administrativos previamente impostos pelos Estados de acolhimento) manteve-se estável, tudo levando a crer que haverá um decréscimo em 2024^[2] - até à presente data, registou-se a entrada de 157.319 pessoas (cerca de 0,035% da população residente na UE). Perante este enquadramento factual, como se

justifica então que uma taxa tão pouco significativa de pessoas determine sentimentos e orientações políticas xenófobas, até mesmo em setores políticos mais à esquerda?

As políticas públicas sobre imigração foram sempre desenhadas em função, sobretudo, de perspetivas nacionalistas e securitárias. Seguindo a posição mais conservadora, a imigração é entendida como um fator de risco para as identidades culturais nacionais e europeia, como um elemento disruptivo nas relações sociais autóctones e no funcionamento das suas instituições, sendo responsável pelo aumento do desemprego, da instabilidade das relações laborais, da criminalidade e da perturbação da paz social. E é este enquadramento que tem justificado o controle rígido de fronteiras e dos movimentos migratórios.

Os efeitos práticos destas medidas são conhecidos. O discurso securitário e a perspetiva nacionalista não resultam num decréscimo de fluxos migratórios, mas determinam um aumento de violência sobre comunidades migrantes, a sua marginalização e precariedade ao nível das relações de trabalho, do acesso à habitação e da proteção da saúde, e conferem terreno fértil para a atuação de máfias numa economia paralela, que lucra em todas as dimensões onde o Estado não está presente^[3].



Migrações e desigualdades

Todos os dias, milhões de pessoas decidem abandonar o local onde nasceram, para construir outro projeto de vida. E, sendo certo que existem tantos projetos quantas as pessoas que os sonham, também é verdade que a esmagadora maioria desenha esse percurso em função de normas do mercado laboral e das hipóteses de sobrevivência ao seu alcance – onde houver desemprego, guerra, fome e seca, ocorrerão êxodos mais ou menos massificados; onde houver oferta real de emprego, haverá imigrantes em busca de trabalho. Efetivamente, existem motivos ou causas “padrão” para a maior parte dos movimentos migratórios, que se reconduzem, essencialmente, a três ordens de razão: económicas, humanitárias e ambientais. Onde existirem assimetrias de desenvolvimento económico e social, territórios de pobreza extrema ou economias que colapsaram, onde se verificarem conflitos bélicos e instabilidade social e nos locais que se tornaram inabitáveis devido a alterações climáticas, existirão sempre pessoas que pretendem melhorar as suas condições de vida. Os movimentos migratórios são uma consequência da globalização e são inevitáveis, sendo certo que as pessoas que decidem imigrar, não sendo responsáveis pelas ditas assimetrias, são as suas primeiras e principais vítimas. Nesse sentido, os territórios que proporcionam respostas positivas aos anseios de quem decide imigrar - trabalho, habitação, alimentação e paz - serão naturalmente escolhidos como destino, independentemente das restrições que sejam impostas à entrada.

Do conservadorismo aos interesses económicos

A esta visão estática e anacrónica das relações sociais, têm acrescido perspetivas utilitaristas sobre a imigração: as políticas serão mais ou menos permissivas à entrada de pessoas imigrantes na medida em que estas preencham necessidades económicas específicas do espaço europeu. A entrada é admitida a quem preencher quotas, seja para assegurar mão-de-obra para setores como os da agricultura, construção civil e turismo, seja para equilibrar as contas dos regimes de segurança social.

A este propósito, importa referir que, efetivamente, face ao envelhecimento da população europeia, os números da imigração apresentam vantagens consideráveis para a economia, para o mercado laboral e para a sustentabilidade do Estado Social. Vejamos o caso português: de acordo com o Relatório do Observatório das Migrações para 2022^[4],

os estrangeiros residentes no país foram responsáveis por uma contribuição líquida positiva para a Segurança Social, de 968 milhões de euros em 2021 e 1.604,2 milhões em 2022. Também de acordo com os dados revelados pelo jornal Público em 29 de setembro de 2024, as contribuições de estrangeiros para a segurança social subiram 44% em 2023^[5]. Para garantir a sustentabilidade da segurança social e o crescimento da economia portuguesa, a participação ativa de imigrantes parece ser a solução^[6].

Estes factos são relevantes. Mas uma sociedade que se assume como um verdadeiro projeto humanista, inclusivo e solidário, que respeita os valores da liberdade e da igualdade, não pode bastar-se com este rol de sucessivas justificações para o acolhimento e inclusão de imigrantes. A imigração deve ser reconhecida como um direito efetivo, fundamental e universal, independentemente dos motivos que sustentam a decisão de quem imigra ou dos benefícios económicos que a imigração possa vir a trazer para o território de destino. Historicamente, esse tem sido o papel da esquerda, enquanto defensora e garante de uma visão internacionalista e solidária, que afirma a necessidade de proteção social e jurídica dos direitos das pessoas imigrantes e refugiadas. É este o ditame estabelecido pelos princípios universais da igualdade, dignidade humana e liberdade. E o que se reclama é uma verdadeira alteração de paradigma sobre a imigração: uma perspetiva que não a interprete como um problema, nem como uma vantagem meramente económica, mas que a reconheça como um direito universal e que garanta a defesa dos direitos políticos, culturais, sociais e económicos das pessoas imigrantes.

Insistir no direito à migração

Não obstante, vários espaços políticos à esquerda têm vindo a adotar discursos e agendas anti-imigração, sobretudo em contextos de fortes tendências nacionalistas e crescimento da extrema-direita, argumentando que os fluxos migratórios pressionam o mercado laboral ou que aumentam a precariedade das condições de trabalho ou que destroem a solidariedade entre a classe trabalhadora. Porém, este somatório de considerandos mais não é do que o espelho da realpolitik. Na verdade, a insegurança e a fragilidade material criadas por décadas de supremacia neoliberal e consecutivas crises económicas têm criado um ambiente político favorável a líderes autoritários e discursos securitários. E como grande parte da população está disponível para as narrativas sobre segurança apresentadas pela

extrema-direita, todos os demais setores políticos têm caído na armadilha, aceitando a canibalização das suas agendas políticas e mimetizando as mesmas diatribes xenófobas e racistas.

É necessário manter o foco na visão humanista e na defesa de políticas inclusivas, que permitam a circulação das pessoas, garantindo-lhes o acesso à educação, à proteção da saúde, à habitação e ao emprego digno, mas também à participação democrática e ao voto. E devemos ir mais além do que o mero espaço de debate e discussão nacional: o cerne da preocupação deve residir no combate às desigualdades e assimetrias de desenvolvimento global, na cooperação internacional, no combate às alterações climáticas e na promoção da paz. As soluções para estes problemas devem transcender fronteiras, porque a raiz dos mesmos é global. Para a esquerda, este caminho não pode ser pautado por meros taticismos eleitorais, nem por concessões a medos – é preciso reafirmar a visão de um outro mundo, mais justo, mais solidário e mais inclusivo, onde todos possamos encontrar o nosso lugar. Sob pena de cairmos num infundável lamaçal.

[1] Cfr. dados do Conselho Europeu, in https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-of-life/statistics-migration-europe_en#people-living-in-the-eu-in-2023.

[2] Cfr. dados do Conselho Europeu, in www.consilium.europa.eu/pt/infographics/irregular-arrivals-since-2008/.

[3] O recente relatório “Tráfico de Seres Humanos 2023” do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, tutelado pelo Ministério da Administração Interna, aponta o valor mais alto em Portugal de vítimas de tráfico de seres humanos em 15 anos, identificando 650 registos de presumíveis vítimas em 2023, o que constitui um acréscimo de 72% em relação a 2022; o relatório indica também que a maioria das presumíveis vítimas foram sinalizadas para fins de exploração laboral (82,7%) – cfr. www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2024/10/OTSH_Relatorio-Anual-Trafico-de-Seres-Humanos-2023_outubro2024_divulgacao.pdf.

[4] Cfr. www.acm.gov.pt/-/observatorio-das-migracoes.

[5] Cfr. <https://www.publico.pt/2024/09/29/sociedade/noticia/contribuicoes-estrangeiros-seguranca-social-subiram-44-2105832>.

[6] Numa entrevista recente ao Diário de Notícias, Óscar Afonso, diretor da Faculdade de Economia do Porto, afirma que, para assegurar um crescimento anual igual ou superior a 3%, seria necessário que entrassem em Portugal cerca de 138 mil imigrantes por ano – cfr. www.dn.pt/6666600562/estudo-portugal-precisa-de-138-mil-novos-imigrantes-por-ano-para-ganhar-riqueza/.

Para haver mudança é preciso haver povo que a suporte

texto de **Andreia Galvão**

Na transição para uma economia mais adequada à justiça climática alguma Esquerda tende a privilegiar a salvaguarda do emprego presente mesmo que à custa da manutenção do uso de combustíveis fósseis. Mas nem o movimento climático pode esquecer os trabalhadores e a luta pelas suas vidas nem estes podem abandonar a luta pelo clima. A Esquerda de que precisamos faz a síntese entre as lutas pelo pão e pelo planeta.

Quando a luta climática abandona os trabalhadores

Em 2019 rebentaram os novos movimentos por justiça climática principalmente no mundo ocidental. Estes movimentos, essencialmente de classe média e constituídos por jovens (geralmente estudantes), começaram a deparar-se com um desafio político à medida que a sua expressão popular se foi visivelmente reduzindo. As manifestações foram minguando e a comunicação social começou a esquecer o assunto. Tendo em conta que, nestes movimentos, a recusa da forma partido é rejeitada, especialmente pela juventude, ficaram essencialmente dois caminhos disponíveis para a revitalização: um caminho para a institucionalização do movimento e outro para a sua radicalização. A primeira possibilidade tornava a cooptação do movimento mais fácil enquanto a segunda, que poderia acentuar um modo de luta subversiva e radical, apresentava a necessidade de juntar mais força social e de criar alianças com outros segmentos sociais.

Uma das primeiras tentativas foi a procura de interligação com os movimentos dos trabalhadores. Como estes movimentos por justiça climática não são constituídos por trabalhadores ou por pessoas envolvidas em modelos de ativismo laboral e sindicalismo, esta intervenção só poderia ser feita de forma exterior, a partir da intenção expressa de uma aliança entre os diferentes modelos e práticas organizacionais. Um exemplo concreto permite ilustrar como isto pode correr mal.

O fecho da refinaria de Matosinhos em 2021 foi uma tragédia social. Resultou no despedimento de 500 trabalhadores e 1.000 prestadores de serviço, com a extrema oposição dos representantes da Comissão dos Trabalhadores. Na altura, o deputado bloquista José Soeiro posicionou-se contra o argumento da GALP (de que o encerramento da refinaria baixaria as emissões de dióxido de carbono) defendendo que a população continuaria “a consumir combustíveis enquanto não houver uma alteração dos padrões de consumo”^[1]. Criticava-se o facto de a transição instaurar “uma deslocalização da produção, por exemplo para a refinaria da Repsol na Corunha, ligada por um pipeline até à fronteira portuguesa”^[2]. Em sentido contrário, João Camargo (dirigente do movimento Climáximo) escrevia na mesma altura que seria preciso fechar mais do que essa refinaria, uma vez que “só há uma resposta ao argumento da deslocalização da refinação e da produção: a resposta é que não podemos usar mais combustíveis fósseis.”^[3] A argumentação lógica é legítima e a análise partilhada por muitos militantes bloquistas.

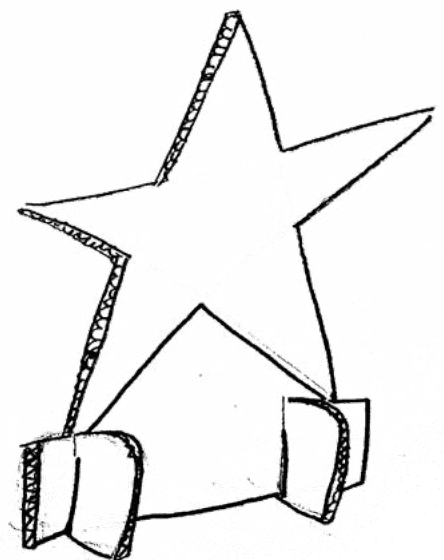
O que acabou por acontecer foi que a refinaria foi fechada num processo liderado por empresas privadas e pelo governo, que se autoproclamou de promotor da luta por sustentabilidade a nível do país. Os trabalhadores não viram as suas requalificações convertidas e foram abandonados, à semelhança de muitos outros processos de desindustrialização agressiva. De nada serviram as boas intenções dos ativistas que, taticamente, serviram para sustentar

um processo de despedimento em massa sem salvaguarda por parte das entidades patronais.

Se o movimento climático abandona os trabalhadores nos momentos cruciais para a luta das suas vidas não se pode surpreender quando estes também o abandonam.

Quando a esquerda abandona a luta climática

Um sistema económico compatível com os recursos, que produza o útil e não o excedente e que garanta vidas dignas a todas as pessoas, é o objeto da luta histórica da esquerda. A apropriação de causas justas pelo capitalismo, instrumentalizando-as como mecanismo de opressão e divisão



social, não é nova. Mas o combate da esquerda é a recentralização destes combates - o feminista, o climático, o antirracista etc.- no plano geral do combate da luta de classes e do fortalecimento das lutas das classes populares. Quando autoras, como Raquel Varela, argumentam pela “ausência de consenso” em relação ao aquecimento global, dizendo crer que esse argumento falso é o pretexto para os impostos verdes e o saque aos trabalhadores, o que querem na verdade dizer é que as alterações climáticas não são um problema com o qual nos devamos realmente preocupar. Este argumento é fraco por dois principais motivos:

1. Em primeiro lugar porque precisa de deturpar os dados para negar que não há uma alteração fundamental na produção e acumulação de dióxido de carbono, de forma sem precedentes a partir da revolução industrial. Este debate é pouco interessante, pois para o fazer é preciso alguma desonestidade intelectual ou o apelo a um grande ceticismo (“os estudos são todos encomendados”, “os cientistas estão todos comprados”, etc.)

2. Em segundo lugar este argumento esquece o conteúdo da célebre frase de Karl Marx “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”. A classe trabalhadora não é só a classe trabalhadora branca masculina da Europa. Evidentemente, dir-se-ia. São as milhares de pessoas que trabalham em países como o Uganda, onde as alterações climáticas já impactam o acesso à comida e água. São as populações de Valência, de Pedrógão, da Califórnia, pessoas que não se podem dar ao luxo de deliberar intelectualmente se as alterações são ou não uma evidência. Quem sofre com elas sabe o custo real do adiamento das políticas necessárias. E quando há uma crise são sempre os pobres que a pagam.

A esquerda de que nós precisamos, aquela que é do partido dos despossessados, dos condenados da Terra, não é a esquerda que se perde na transfiguração dos debates pelos termos das classes dominantes. É a que sabe ir à luta e fazer o debate nos nossos termos. A esquerda de que precisamos faz a síntese entre as lutas pelo dia de hoje e pelo dia de amanhã, pelo pão e pelo planeta.

Mais uma vez, a utilização de um exemplo concreto permite mostrar como a aproximação entre movimentos climáticos e movimentos laborais pode ser eficaz: a campanha dos Empregos pelo Clima. Esta campanha, embora com pouco fulgor militante no momento em que escrevo, “defende uma transição energética que dê emprego digno e socialmente útil a dezenas de milhares de pessoas”^[4]. É inspirada na campanha internacional “*Climate jobs*” que tem trabalhado na identificação das áreas laborais que precisariam ser expandidas e na reflexão sobre como fazer uma campanha em conjunto com sindicatos e comunidades locais, de modo a garantir a qualidade dos serviços públicos e a sua utilidade social.

Nem todos os sindicatos são indiferentes às interligações entre a luta dos trabalhadores e a luta por justiça climática. Em 2024, o sindicato britânico TUC debateu quatro moções diferentes sobre a crise climática. Neste ano, a fábrica de engenharia automóvel da GKN em Florença, Itália foi ocupada por trabalhadores. O motivo ini-

cial, uma disputa laboral, rapidamente se converteu num movimento por uma transição justa liderado por trabalhadores^[5].

Os efeitos das alterações climáticas são sentidos em cadeia e são tão mais graves e intensos quanto menor o nosso controlo sobre eles. Mas a luta social organizada também desencadeia uma cascata de possibilidades e de imaginários, acelera tempos históricos e é mesmo capaz de mudar o mundo.

[1] <https://www.esquerda.net/artigo/fecho-da-refinaria-de-matosinhos-e-uma-decisao-selvagem/72088>

[2] <https://www.abrilabril.pt/nacional/fechar-refinaria-de-matosinhos-porque>

[3] <https://arquivo.climaximo.pt/2021/10/27/porque-fechar-a-refinaria-de-sines-joao-camargo/>

[4] <https://www.empregos-clima.pt/um-plano-social-para-uma-transicao-energetica-justa-empregos-para-o-clima/>

[5] <https://www.esquerda.net/artigo/trabalhadores-italianos-ocupam-fabrica-contra-criese-climatica/92718>

